



município
tavira

**RELATÓRIO DE GESTÃO
CONSOLIDADO
2016**

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	5
2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	6
3. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO	8
4. ANÁLISE AO BALANÇO.....	9
5. ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	11
6. INDICADORES DE GESTÃO	13
7. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	14
7.1. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	14
7.1.1. Entidades incluídas no perímetro de consolidação.....	14
7.1.2. Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação.....	14
7.2. INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA.....	14
7.3. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO:	14
7.4. ENDIVIDAMENTO	15
7.5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:	18
7.5.1. Critérios de valorimetria.....	18
7.6. INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RÚBRICAS	19
7.6.1. Ativo imobilizado consolidado.....	19
7.6.2. Remunerações do órgão executivo e de fiscalização	20
7.6.3. Demonstração consolidada dos resultados financeiros	21
7.6.4. Demonstração consolidada dos resultados extraordinários	21
7.7. INFORMAÇÕES DIVERSAS	22
8. CONCLUSÃO	23
9. ANEXO – BALANÇO CONSOLIDADO.....	24
10. ANEXO – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	26
11. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	27

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Organigrama do grupo público municipal	6
Figura 2 – Dívidas de médio e longo prazo	17

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Balanço consolidado resumido	9
Quadro 2 – Demonstração de resultados consolidada resumida	11
Quadro 3 – Indicadores de gestão	13
Quadro 4 – Ajustamentos	15
Quadro 5 – Dívidas de médio e longo prazo	16
Quadro 6 – Endividamento consolidado de curto prazo	17
Quadro 7 – Variação da dívida consolidada	18
Quadro 8 – Critérios de valorimetria	18
Quadro 9 – Ativo bruto consolidado	19
Quadro 10 – Amortizações e provisões consolidadas.....	20
Quadro 11 – Remunerações do órgão executivo.....	21
Quadro 12 – Resultados financeiros consolidados	21
Quadro 13 – Resultados extraordinários consolidados	22

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o regime financeiro das autarquias locais, o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

A Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, estabeleceu os princípios orientadores da consolidação de contas, definindo os requisitos mínimos para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, o Município de Tavira passou a ser abrangido pela consolidação de contas com as empresas municipais, conforme o disposto no n.º 6 do artigo 75.º da referida Lei.

Neste sentido, o Município de Tavira elaborou, para o exercício de 2016, a consolidação de contas do grupo público municipal, tendo por base a portaria referida e as instruções do SATAPOCAL.

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Conforme preconizado no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro - Regime Financeiro das Autarquias Locais, o grupo autárquico é composto pelo Município e as entidades que de forma direta ou indireta são controladas por este, sendo que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades. Sendo a condição de controlo aferida pelas seguintes condições:

- De poder, como sejam a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento internos e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão;
- De resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver outra entidade.

É ainda obrigatório realizar a consolidação com as empresas locais que integrem o sector local, como é o caso das duas empresas municipais do Município.

Figura 1 – Organigrama do grupo público municipal



Neste sentido o grupo público municipal engloba o Município de Tavira e duas empresas municipais, conforme ilustrado através da figura 1: a TaviraVerde, Empresa Municipal de Ambiente EM, tem como objetivo a gestão, exploração, manutenção e conservação dos sistemas públicos de distribuição de água para consumo público, recolha e rejeição de águas residuais domésticas, recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos e higiene e limpeza pública, manutenção, construção e gestão de espaços verdes, cobrança de taxas, tarifas, coimas e outras prestações de serviços conexos com a respetiva atividade e atendimento comercial aos utentes dos respetivos serviços na área do concelho de Tavira; e a EMPET – Parques Empresarias de Tavira, EM, cujo objeto consiste na criação, gestão e prestação de serviços no âmbito da promoção e desenvolvimento de atividades económicas no concelho de Tavira, bem como a aquisição, a

alienação, a oneração e a locação dos parques empresariais nele situado.

Por não preencherem os requisitos, descritos no referido artigo, foram excluídas da consolidação as seguintes entidades:

- Algar - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA;
- Águas do Algarve, SA;
- Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade de Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA;
- AGETAV – Agência de desenvolvimento de Tavira, SA;
- CCAM – Caixa Crédito Agrícola Mútuo do Sotavento Algarvio, SA;
- Globalgarve – Cooperação e Desenvolvimento, SA.

3. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

O método de consolidação adotado na consolidação de contas do Município de Tavira foi o método de consolidação integral, o qual consiste na integração das demonstrações financeiras (balanço, demonstração de resultados e outros elementos financeiros) da entidade consolidante com os respetivos elementos e demonstrações financeiras das entidades consolidadas, evidenciando os direitos de terceiros, que se designam por “*Interesses Minoritários*”.

Neste método, são eliminados do ativo, passivo e capitais próprios todas os montantes que sejam recíprocos entre a entidade consolidante e as entidades consolidadas, nomeadamente:

- Créditos e dívidas entre as entidades incluídas na consolidação;
- Ativos correspondentes a ganhos resultantes de operações realizadas entre as mesmas entidades

Em resumo, o método de consolidação integral procura representar as demonstrações financeiras do grupo, como se de uma integração física se tratasse, em que alguns elementos patrimoniais estariam “*identificados*” como pertencentes a sócios detentores de capital, cujos direitos de voto são minoritários.

4. ANÁLISE AO BALANÇO

O Balanço consolidado representa a situação patrimonial do grupo à data de encerramento do exercício no ano 2016, e é composto por dois membros: o ativo e os capitais próprios com o passivo que totaliza €265.054.099, conforme se pode verificar no quadro n.º 1.

Quadro 1 – Balanço consolidado resumido

Unidade: Euros				
ATIVO	2016		2015	
	AB	AP	AL	AL
Imobilizado	346 116 849	110 836 558	235 280 291	243 914 247
Bens de domínio público	192 200 457	74 988 666	117 211 791	124 583 239
Imobilizações incorpóreas	826 952	36 450	790 502	712 250
Imobilizações Corpóreas	143 302 685	35 715 982	107 586 703	108 745 169
Investimentos Financeiros	9 786 755	95 459	9 691 296	9 873 590
Circulante	30 264 250	490 442	29 773 807	27 267 558
Existências	4 482 670	189 524	4 293 146	4 640 074
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)	7 902	0	7 902	7 902
Dívidas de terceiros - Curto prazo	2 377 288	300 919	2 076 369	2 066 421
Depósitos em instituições financeiras e caixa	14 797 665	0	14 797 665	11 280 629
Acréscimos e diferimentos	8 598 725		8 598 725	9 272 533
	Total de Amortizações	110 836 558		
	Total de Provisões	490 442		
TOTAL DO ATIVO	376 381 099	111 327 000	265 054 099	271 181 806
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO			2016	2015
			AL	AL
Fundos próprios			218 263 788	223 217 214
Património			203 846 523	203 818 828
Reservas			8 689 957	8 688 262
Resultado transitados			7 971 042	11 042 228
Resultado líquido do exercício consolidado			-4 324 186	-2 318 329
Resultado afeto a interesses minoritários			422 579	163 198
Interesses minoritários			1 657 873	1 823 027
Passivo			46 790 311	47 964 592
Provisões			1 460 372	788 025
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo			20 309 997	19 881 223
Dívidas a terceiros - Curto prazo			8 549 514	11 186 061
Acréscimos e diferimentos			16 470 427	16 109 283
TOTAL CP + PASSIVO			265 054 099	271 181 806

O ativo é um recurso controlado pelo grupo público municipal que resulta de acontecimentos passados e

dos quais se espera benefícios económicos futuros, sendo composto pelo imobilizado, com uma representação de 89%, e pelo ativo circulante, com 11%. Dentro do imobilizado, destacam-se claramente os bens de domínio público, com €117.211.791, e as imobilizações corpóreas com €107.586.703, que representam 44% e 41% do ativo do grupo, respetivamente.

O Passivo é uma obrigação presente da entidade proveniente de acontecimentos passados, da liquidação do qual se espera que resulte uma saída de recursos da entidade incorporando benefícios económicos. O Passivo do grupo é de apenas, €46.790.311, sendo as dívidas de médio e longo prazo as mais representativas com €20.309.997, seguida pelos acréscimos e diferimentos, com €16.470.427.

No que concerne ao capital próprio, que corresponde ao que sobra do ativo depois de deduzido o passivo do grupo. Ou seja, representa o “interesse residual” dos titulares da entidade nos seus ativos. O que significa que o capital próprio não representa efetivamente o valor que ficaria para os titulares se vendessem todo o património da entidade, mas apenas o que lhes restaria se os ativos fossem realizados pelos valores nele expressos e os passivos liquidados pelos montantes nele evidenciados.

O capital próprio ou fundos próprios do grupo é significativo, representando 82% do ativo - €218.263.788.

Observamos ainda, que o ativo sofreu uma redução de 2015 para 2016, no montante de €6.127.707 (2,26%), que resulta em parte da diminuição do valor contabilístico do imobilizado decorrente da normal depreciação/amortização do ano.

5. ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A demonstração de resultados, tem como objetivo aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a estimar a capacidade do grupo público municipal em gerar fluxos de caixa.

Quadro 2 – Demonstração de resultados consolidada resumida

Unidade: Euros

Designação	2016	2015
Custos e Perdas		
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1 705 891	1 736 232
Fornecimentos e serviços externos	8 711 553	8 027 041
Custos com o pessoal:	11 569 395	12 186 288
Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	2 142 963	1 866 222
Amortizações do exercício	11 369 561	11 760 744
Provisões do exercício	1 001 107	133 337
Outros custos e perdas operacionais	59 182	57 316
Custos e perdas financeiras	779 536	959 855
Custos e perdas extraordinárias	3 384 413	1 751 769
Imposto sobre o rendimento	0	0
	40 723 600	38 478 805
Resultado líquido antes de interesses minoritários	-4 746 765	-2 481 527
Interesses minoritários	422 579	163 198
<i>Resultado líquido do exercício consolidado</i>	-4 324 186	-2 318 329
TOTAL	36 399 414	36 160 476
Proveitos e Ganhos		
Vendas e prestações de serviços	9 966 790	9 769 771
Impostos e taxas	15 517 493	14 431 113
Variação da produção	-370 168	-558 734
Trabalhos para a própria entidade	0	0
Proveitos suplementares	0	0
Transferências e subsídios obtidos	7 468 022	8 334 900
Outros proveitos e ganhos operacionais	0	0
Proveitos e ganhos financeiros	2 144 645	2 203 249
Proveitos e ganhos extraordinários	1 672 632	1 980 177
TOTAL	36 399 414	36 160 476
Resultados Operacionais	-3 977 515	-3 790 131
Resultados financeiros	1 365 109	1 243 394
Resultados correntes	-2 612 406	-2 546 737
Resultado líquido antes de impostos	-4 324 186	-2 318 329
Resultado líquido antes de interesses Minoritários	-4 746 765	-2 481 527
Resultado afeto a interesses minoritários	422 579	163 198
Resultado líquido ao exercício consolidado	-4 324 186	-2 318 329

Apreciado o quadro 2, verificamos que o grupo teve um resultado líquido negativo de €4.324.186, o que

significa que os proveitos e ganhos não foram suficientes para cobrir os custos e perdas do ano.

Em relação aos custos e perdas, constata-se que os custos com o pessoal e as amortizações são as que tem maior peso, representando 28% cada, dos proveitos e ganhos, respetivamente.

Quanto aos proveitos e ganhos, os que têm maior relevância são os impostos e taxas com 43%, seguido das vendas e prestações de serviços – 27%, e das transferências e subsídios obtidos com 21%.

De realçar que os resultados financeiros foram positivos com €1.365.109.

Comparativamente ao ano anterior verificou-se, um agravamento do resultado líquido consolidado em €2.005.857, 86%, dado que o aumento ligeiro dos proveitos (0,66% - €238.938) não foi suficiente para cobrir o aumento dos custos e perdas do grupo (5,83% - €2.244.795).

6. INDICADORES DE GESTÃO

No quadro 3, foram apurados alguns indicadores de gestão, com os quais podemos concluir que a estrutura do ativo demonstra que o imobilizado (ativo fixo) é o mais representativo do ativo, conforme já tinha sido referido anteriormente, e a estrutura do passivo revela que o passivo de longo prazo corresponde a 43% do passivo total, enquanto o de curto prazo representa 18%.

No que concerne aos índices de liquidez, as disponibilidades cobrem a totalidade da dívida de curto prazo, e o ativo circulante 248% desta. O que revela que em caso de “insolvência” as disponibilidades e dívidas a receber cobririam todas as dívidas de curto prazo, e ainda “sobrava” dinheiro para as de médio/longo.

Em termos de solvabilidade, verificamos que quer o fundo patrimonial quer o ativo do grupo público municipal cobrem largamente o passivo. No entanto, é preciso ter em consideração que o ativo integra bens não hipotecáveis ou alienáveis, como é o caso, dos bens de domínio público, no montante de €117.211.791.

Em termos gerais, não se verificaram alterações relevantes dos indicadores de gestão comparativamente ao ano anterior.

Quadro 3 – Indicadores de gestão

INDICADORES	2016	2015
Estrutura do activo		
Ativo fixo/Ativo total	89%	90%
Ativo circulante/Ativo total	11%	10%
Ativo fixo/Ativo circulante	790%	895%
Acréscimos e Difer./Ativo total	3%	3%
Estrutura do passivo		
Passivo longo prazo/Passivo total	43%	41%
Passivo curto prazo/Passivo total	18%	23%
Passivo longo prazo/Passivo curto prazo	238%	178%
Acréscimos e Difer./Passivo total	35%	34%
Análise do passivo exigível		
Dívida curto prazo/Ativo fixo liq.	4%	5%
Dívida MLP/Ativo fixo liq.	9%	8%
Índices de liquidez		
Disponibilidades/Exigível CP	173%	101%
Ativo circulante/Exigível CP	248%	161%
Solvabilidade		
Fundo patrimonial/Passivo	463%	462%
Ativo/Passivo	566%	565%

7. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

7.1. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

7.1.1. Entidades incluídas no perímetro de consolidação

- Município de Tavira, com sede na Praça da Republica – 8800 Tavira
- TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente EM, sede na Rua 25 de abril n.º 1, r/c esq., 8800 Tavira;
- EMPET – Parques Empresarias de Tavira, EM, sede na Rua 1.º de Maio, n.º 38, 8800 Tavira.

7.1.2. Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação

- Algar - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A.
- Águas do Algarve S.A.
- Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade de Requalificação e Valorização Ria Formosa, SA;
- AGETAV – Agência de desenvolvimento de Tavira, SA;
- CCAM – Caixa Crédito Agrícola Mútuo do Sotavento Algarvio, SA;
- Globalgarve – Cooperação e Desenvolvimento, SA.

7.2. INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram aplicadas as normas de consolidação adequadas, pelo que estas revelam uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação.

7.3. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO:

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminados:

- todos os créditos e dívidas recíprocos entre as entidades consolidantes;
- os ativos correspondentes a ganhos resultantes de operações realizadas reciprocamente;
- e, o capital social que a autarquia detém das empresas locais.

Posteriormente foram apurados os “interesses minoritários” e as “diferenças de consolidação”, conforme se encontra demonstrado no lançamento n.º 12 do quadro 4.

Quadro 4 – Ajustamentos

Unidade: Euros

Lançamento N.º	Descrição	Débito		Crédito	
		Conta	Valor	Conta	Valor
EMPET vs Município de Tavira					
1	Anulação de prestações suplementares	253	57 362	2647	57 362
2	Anulação do Capital Próprio do MT	51	478 846	41	478 846
TaviraVerde vs Município de Tavira					
3	Anulação das faturas de água	71	119 573	62	119 573
4	Anulação das faturas de água	72	162 843	62	162 843
5	Anulação da faturação - Contrato de manutenção dos espaços verdes	751	1 266 300	638	1 266 300
6	Anulação da faturação - Contrato programa limpeza das praias	751	282 054	638	282 054
7	Anulação da faturação de assistência técnica	712	247 557	62	247 557
8	Anulação de dívida - Assistência técnica	221	65 671	2687	65 671
9	Anulação de prestações suplementares (cedência de imobilizado)	532	246 103	2647	246 103
10	Anulação da dívida em conferência	228	18 009	21	18 009
11	Anulação do Capital Próprio do MT	51	25 500	41	25 500
Município de Tavira					
12	Eliminação dos restantes CP das EM:				
	Anulação do CP remanescente das EM	51	44 452		
	Anulação das reservas das EM	571	73 372		
	Anulação das reservas das EM	572	862 006		
	Anulação dos subsídios das EM	575	4 527 232		
	Anulação dos resultados transitados das EM	59	1 022 318		
	Lançamento de Interesses Minoritários nas EM			IM	2 080 452
	Lançamento das diferenças de consolidação			59	4 448 927

7.4. ENDIVIDAMENTO

O endividamento de médio e longo prazo corresponde à dívida que o grupo público municipal tem perante instituições financeiras, e que resultaram de financiamentos contraídos para realizar de diversos investimentos.

No quadro 5, encontram-se discriminadas as dívidas de médio e longo prazo a terceiros que constam do Balanço consolidado, e que totalizam €20.309.998. Deste montante, a dívida do Município de Tavira representa 53% do total da dívida do grupo público municipal, seguidos dos 28% da TaviraVerde e dos 19% da EMPET, conforme demonstrado na figura n.º 2.

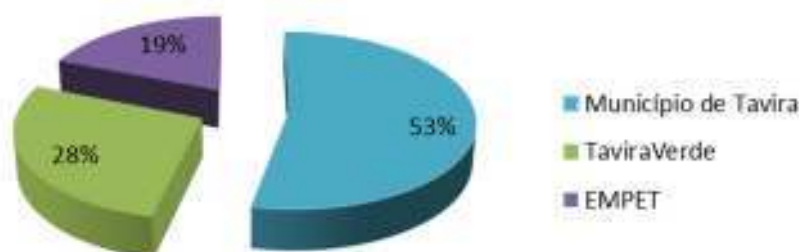
Em relação ao ano anterior, houve um aumento de 1,75% (€348.523), que resultou do aumento significativo da dívida de médio e longo prazo da Taviraverde em 71% (€2.325.941), que não foi absorvido pela diminuição registada no Município e na EMPET.

Quadro 5 – Dívidas de médio e longo prazo

Unidade: Euros						
Entidade	N.º de empréstimo	Data de contratação	Prazo do contrato	Valor contratado	Dívida a 31/dez/2016	Dívida a 31/dez/2015
Município de Tavira				28 402 195	10 844 744	12 473 728
INH	1992.11.0008.2	05/08/1992	26	834 160	121 480	181 694
INH	1993.11.0003.2	28/07/1993	26	701 524	143 382	183 819
BPI	6102232830001	15/09/1999	20	1 995 192	399 038	532 051
CGD	0807 000617 9 91	20/12/2000	25	2 971 774	1 135 130	1 260 514
CGD	0807 000611 9 91	20/12/2000	25	1 010 333	372 730	429 830
CGD	0807 000621 7 91	20/12/2000	20	3 499 861	802 864	1 001 733
CCA	56019065843	22/10/2001	20	1 496 394	487 452	584 913
CGD	9015 002711 6 91/9015 002712 4 91	23/11/2001	25	3 293 413	1 459 388	1 603 768
CCA	56021965671	23/05/2002	20	423 997	168 537	196 048
CCA	56023055494	23/09/2002	20	826 837	363 941	422 836
CGD	9015 003264 0 91	08/10/2002	15	125 897	8 215	16 430
CGD	9015 003267 5 91	08/10/2002	15	85 996	2 704	4 055
CGD	9015 003263 2 91	08/10/2002	15	155 849	10 706	21 412
CGD	9015 003303 5 91	22/10/2002	25	1 045 763	499 124	543 507
CGD	9015 003258 6 91	08/10/2002	20	262 237	101 260	117 446
BPI	6102232830004/7	28/11/2002	25	2 800 000	1 546 278	1 671 310
BES	2540 4411 2108	21/05/2003	20	706 555	259 136	296 421
CGD	9140 013363 0 91	22/07/2004	20	765 296	361 022	405 205
CGD	9015 004105 4 91	30/12/2004	25	45 051	25 613	27 489
CGD	9015 005169 6 91	14/12/2006	25	90 777	61 065	64 974
CGD	9015 006431 3 91	29/06/2005	20	3 962 667	2 383 045	2 552 116
BPI	6102232830008	07/12/2009	7	1 208 297	52 642	261 923
IFDR	QREN - Igreja das ondas	25/02/2013	8	94 326	79 992	94 234
TaviraVerde				14 230 000	5 615 273	3 289 332
	Locação financeira	---	---	---	54 504	168 533
BCP	---	06/12/2006	11	6 050 000	0	1 512 500
CCA	---	13/07/2009	20	200 000	139 362	149 728
BCP	---	25/11/2014	15	280 000	0	280 000
BES	---	03/08/2009	10	2 200 000	0	1 178 571
BP	---			1 500 000	1 421 407	0
BCP	---			4 000 000	4 000 000	0
EMPET				4 930 000	3 849 981	4 198 415
---	Locação financeira	---	---	---	254 790	270 236
CCA	56048281921	24/03/2010	7	4 600 000	2 684 787	3 847 928
CCA	56051945592	22-03-2012	6	105 000	15 474	30 251
CCA	59071035912	09-10-2014		50 000	0	50 000
CCA	58025331232	27/10/2011		175 000	894 929	0
TOTAL				95 124 391	20 309 998	19 961 474

No endividamento de médio e longo prazo não existe qualquer relação recíproca entre as entidades consolidantes, sendo todos os montantes discriminados no referido quadro dívidas a instituições bancárias.

Figura 2 – Dívidas de médio e longo prazo



No quadro 6, é possível perceber que as dívidas de curto prazo do grupo público municipal consolidado são de €8.549.514, sendo a TaviraVerde a entidade com maior peso neste âmbito, com uma representação de 45% seguido pela EMPET com 32% e o Município de Tavira com apenas 23%, o que revela que as empresas locais em conjunto têm um peso demasiado elevado na dívida de curto prazo do grupo, ou seja 77%.

Quadro 6 – Endividamento consolidado de curto prazo

Unidade: Euros

Designação das contas	Dívidas a terceiros de curto prazo				Eliminação de créditos /dívidas recíprocos	Grupo público consolidado
	Município	TaviraVerde	EMPET	Total		
1	2	3	4	5=2+3+4	6	7=5-6
Adiantamentos por conta de vendas	634 387	0	973 846	1 608 233	0	1 608 233
Dívidas a instituições de crédito	0	750 000	18 171	768 171	0	768 171
Fornecedores, c/c	3 066	1 498 674	1 440 041	2 941 780	65 671	2 876 110
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	132 101	0	0	132 101	18 009	114 092
Credores pela execução do orçamento	0	0	0	0	0	0
Clientes e utentes c/ cauções	0	0	0	0	0	0
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0	0	0	0	0	0
Fornecedores de imobilizado, c/c	267 854	431 487	0	699 341	0	699 341
Estado e outros entes públicos	81 647	370 331	5 354	457 332	0	457 332
Administração autárquica	0	0	0	0	0	0
Outros credores	971 784	801 554	283 695	2 057 033	57 362	1 999 671
Fonecedores imobilizado - Fat. em conferência	26 565	0	0	26 565	0	26 565
Total	2 117 403	3 852 046	2 721 107	8 690 556	141 041	8 549 514

No quadro 7, verifica-se que a dívida consolidada do grupo público municipal, sofreu uma redução de 7,35% face ao ano anterior, cerca de 2,3 milhões de euros, por força da redução de 24% da dívida de curto prazo (€2.636.547).

O principal impulsionador da redução da dívida consolidada, em termos absolutos, foram os “Outros

credores” (€1.971.893), seguidos “Fornecedores correntes” (€346.748) e dos “Fornecedores de imobilizado” (€346.019). Em contrapartida, registou-se um aumento das dívidas de empréstimos (€477.998), ao Estado (€179.166).

Quadro 7 – Variação da dívida consolidada

Unidade: Euros

Designação das contas	2016	2015	Variação 2015-2016	
			€	%
Curto prazo	8 549 514	11 186 061	-2 636 547	-24%
Adiantamentos por conta de vendas	1 608 233	1 588 156	20 077	1,26%
Dívidas a instituições de crédito	768 171	989 251	-221 080	-22,35%
Fornecedores, c/c	2 876 110	3 222 858	-346 748	-10,76%
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	114 092	81 938	32 154	39,24%
Credores pela execução do orçamento	0	0	0	---
Clientes e utentes c/ cauções	0	0	0	---
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0	0	0	---
Fornecedores de imobilizado, c/c	699 341	1 045 360	-346 019	-33,10%
Estado e outros entes públicos	457 332	278 166	179 166	64,41%
Administração autárquica	0	0	0	---
Outros credores	1 999 671	3 971 564	-1 971 893	-49,65%
Fonecedores imobilizado - Fat. em conferência	26 565	8 769	17 796	202,95%
Médio e longo prazo	20 309 998	19 961 474	348 523	1,75%
Locação financeira	309 294	438 769	-129 474	-29,51%
Empréstimos	20 000 703	19 522 706	477 998	2,45%
TOTAL	28 859 512	31 147 535	-2 288 023	-7,35%

7.5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

7.5.1. Critérios de valorimetria

Os critérios de valorimetria utilizados pelas entidades do grupo são as constantes no quadro 8.

Quadro 8 – Critérios de valorimetria

	Município de Tavira	TaviraVerde	EMPET
Imobilizado	Custo de aquisição	Custo de aquisição	Custo de aquisição
Mercadorias	---	Custo de produção	Custo de produção
Amortizações	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes

7.6. INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RÚBRICAS

7.6.1. Ativo imobilizado consolidado

No que diz respeito às rubricas do ativo imobilizado constante do balanço consolidado e às respetivas amortizações, ajustamentos e provisões, verifica-se no quadro 9, que o imobilizado bruto teve um crescimento de €4.549.222 para €346.116.948, o que significa um acréscimo de cerca de 1,5%. Sendo os bens de domínio público e as imobilizações corpóreas as principais causas desse aumento.

As infraestruturas de água e saneamento registadas no imobilizado do Município, como bens de domínio público, no montante de €3.807.000 (€4.139.000 em 2015), estão a ser geridas/controladas pela empresa municipal Tavira Verde, E.M.

Quadro 9 – Ativo bruto consolidado

Unidade: Euros

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação / Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Abates/ Transferências	Saldo Final
De Bens de domínio público	188 793 505	27 695	2 800 903	0	578 354	192 200 457
Terrenos e recursos naturais	46 691 872	0	0	0	0	46 691 872
Edifícios	45 000	0	0	0	0	45 000
Outras construções e infra-estruturas	122 043 045	27 695	0	0	5 366 766	127 437 506
Imobilizações em curso	20 013 587	0	2 800 903	0	-4 788 412	18 026 078
De Imobilizações incorpóreas	746 961	0	79 991	0	0	826 952
Despesas de investigação e desenvolvimento	200 078	0	0	0	0	200 078
Propriedade industrial e outros direitos	36 450	0	0	0	0	36 450
Imobilizações em curso	510 433	0	79 991	0	0	590 424
De Imobilizações corpóreas	142 064 063	0	4 369 679	-37 675	-3 093 383	143 302 683
Terrenos e recursos naturais	22 369 337	0	0	-4 757	-24 273	22 340 307
Edifícios e outras construções	66 277 728	0	2 741 333	-14 271	1 144 322	70 149 113
Equipamento básico	9 902 751	0	284 851	-18 647	-95 109	10 073 846
Equipamento de transporte	2 600 877	0	473 215	0	-16 403	3 057 689
Ferramentas e utensílios	40 016	0	0	0	0	40 016
Equipamento administrativo	4 031 705	0	113 124	0	-38 653	4 106 176
Outras imobilizações corpóreas	2 583 120	0	131 689	0	76 669	2 791 479
Imobilizações em curso	33 307 248	0	625 466	0	-4 139 936	29 792 778
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	951 279	0	0	0	0	951 279
De Investimentos Financeiros	9 963 198	0	-151 392	-24 950	0	9 786 856
Partes de capital	3 032 360	0	0	-24 950	0	3 007 410
Obrigações e títulos de participação	1 253 366	0	1 654	0	0	1 255 020
Terrenos e recursos naturais	5 328 412	0	-153 046	0	0	5 175 366
Edifícios e outras construções	244 510	0	0	0	0	244 510
Imobilizações em curso	104 550	0	0	0	0	104 550
TOTAL	341 567 726	27 695	7 099 181	-62 625	-2 515 029	346 116 948

No quadro 10, estão espelhadas as amortizações/provisões acumuladas do grupo municipal, que totalizam no ano de 2016 os €110.836.557. As amortizações acumuladas dos bens de domínio público são as que têm

o maior peso, representado mais de metade destas com €74.988.666 (68%) seguidas das imobilizações corpóreas com €35.715.982 (32%)

Quadro 10 – Amortizações e provisões consolidadas

Unidade: Euros

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público	64 210 265	8 988 946	-1 789 455	74 988 666
Terrenos e recursos naturais	45 000	0	0	45 000
Edifícios	64 165 265	8 988 946	-1 789 455	74 943 666
De Imobilizações incorpóreas	34 711	1 739	0	36 450
Propriedade industrial e outros direitos	34 711	1 739	0	36 450
De Imobilizações corpóreas	33 318 895	2 336 760	-60 327	35 715 982
Edifícios e outras construções	16 744 880	1 638 535	-162 281	18 545 696
Equipamento básico	8 377 640	359 819	115 305	8 622 154
Equipamento de transporte	2 353 252	59 105	16 403	2 395 954
Ferramentas e utensílios	39 496	178	0	39 674
Equipamento administrativo	3 578 732	131 583	38 750	3 671 564
Outras imobilizações corpóreas	2 224 895	147 541	-68 504	2 440 940
De Investimentos em imóveis	15 451	5 851	0	21 302
Edifícios	15 451	5 851	0	21 302
De Investimentos Financeiros	74 157	0	0	74 157
Partes de capital	74 157	0	0	74 157
TOTAL	97 653 479	11 333 296	-1 849 782	110 836 557

7.6.2. Remunerações do órgão executivo e de fiscalização

As remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial nas entidades incluídas no perímetro de consolidação, são as constantes no quadro 11.

Quadro 11 – Remunerações do órgão executivo

Unidade: Euros

Nome	Órgão executivo Município de Tavira		Conselho de administração TaviraVerde		Conselho de administração EMPET	
	Situação na entidade	Remuneração líquida	Situação na entidade	Remuneração líquida	Situação na entidade	Remuneração líquida
Jorge Manuel do Nascimento Botelho	Presidente	31 210				
Ana Paula Fernandes Martins	Vereadora	24 875				
José Manuel Madeira Guerreiro	Vereador	25 869				
João Pedro da Conceição Rodrigues	Vereador	26 191				
Elsa Maria Simas Cordeiro	Vereadora	---				
José Fernandes Estevens	Vereador	---				
Jorge Humberto Martins Corvo	Vereador	---				
Órgão de Fiscalização						
Mariquito, Correia & Associados, Soc. ROC	ROC	13 284				
Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados SROC, Lda.			ROC	10 763	ROC	6 150

7.6.3. Demonstração consolidada dos resultados financeiros

No quadro 12, é apresentada a demonstração consolidada dos resultados financeiros do grupo público municipal que revela um resultado financeiro positivo no montante de €1.702.430, motivado pelos elevados rendimentos de imóveis ocorridos.

Quadro 12 – Resultados financeiros consolidados

Unidade: Euros

Rúbricas	Exercícios	
	2016	2015
Custos e perdas	2 142 730	2 203 249
Juros suportados	431 036	673 454
Outros custos e perdas financeiros	9 264	21 025
Resultados Financeiros	1 702 430	1 508 770
Proveitos e ganhos	2 142 730	2 203 249
Juros obtidos	11 885	30 216
Rendimentos de imóveis	1 899 112	1 985 791
Rendimentos de participações de capital	231 733	187 242

7.6.4. Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Em relação à demonstração consolidada dos resultados extraordinários, verifica-se um resultado negativo de €1.591.913, em virtude da diminuição dos custos e perdas extraordinários, e do ligeiro aumento dos

proveitos e ganhos do grupo, conforme demonstrado no quadro seguinte.

Quadro 13 – Resultados extraordinários consolidados

Unidade: Euros

Designação	Exercícios	
	2016	2015
Custos e perdas	1 672 630	1 912 386
Transferências de capital concedidas	69 018	315 722
Perdas em existências	1 046	2 255
Perdas em imobilizações	107 469	10 137
Multas e Penalidades	181 540	6 270
Correcções relativas a exercícios anteriores	2 663 280	1 318 206
Outros custos e perdas extraordinárias	242 191	99 179
Resultados Extraordinários	-1 591 913	228 408
Proveitos e ganhos	1 672 630	1 912 386
Ganhos em existências	5 508	1 224
Ganhos em imobilizações	97 514	45 470
Benefícios de penalidades contratuais	58 494	85 345
Reduções de amortizações e de provisões	282 827	4 464
Correcções relativas a exercícios anteriores	196 134	184 406
Outros proveitos e ganhos extraordinários	1 032 153	1 659 267

7.7. INFORMAÇÕES DIVERSAS

As entidades integrantes do perímetro de consolidação aplicam o Sistema de Normalização Contabilística, SNC, pelo que foi assegurado a conveniente conversão das suas contas para o POCAL.

A dissolução da EMPET – Parques Empresarias de Tavira, EM, por força do disposto na alínea a) do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, foi aprovada em reunião de câmara de 21 de fevereiro de 2017 e em sessão de assembleia de 3 de março de 2017, bem como a internalização da atividade ao abrigo da alínea m) do n.º 2 do art.º 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que consiste na criação, gestão e prestação de serviços no âmbito da promoção e desenvolvimento das atividades económicas no concelho de Tavira, e de acordo com o plano de internalização. Não foi efetuado qualquer ajustamento aos valores dos ativos para os correspondentes valores de liquidação, porque não dispomos de uma avaliação atualizada sobre os valores de realização dos lotes e terrenos pelo que estes podem ser significativamente abaixo dos valores contabilísticos não tendo sido constituída qualquer provisão para esse efeito.

8. CONCLUSÃO

Após a análise detalhada da situação económico-financeira do grupo público municipal que foi efetuada ao longo deste relatório, constata-se que, em termos gerais:

- O grupo público municipal é composto por três entidades: Município de Tavira, TaviraVerde e EMPET;
- O Ativo do grupo é de €265.054.099;
- O resultado líquido do exercício é negativo no montante de €4.324.186;
- A dívida consolidada do grupo público municipal, sofreu uma redução de 7,35%, face ao ano anterior, e totaliza €28.859.512, sendo €8.549.514 referente a dívida de curto prazo;
- O resultado financeiro foi positivo em €1.702.430;
- O resultado extraordinário negativo de €1.591.913;

Paços do Concelho, 6 de junho de 2017

O Presidente da Câmara Municipal,

Jorge Botelho

9. ANEXO – BALANÇO CONSOLIDADO

Grupo Público Municipal			Ano	2016
Unidade: Euros				
Ativo	2016 AB	2016 AP	2016 AL	2015 AL
Imobilizado				
Bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais	46 691 872	0	46 691 872	46 691 872
Edifícios	45 000	45 000	0	0
Outras construções e infra-estruturas	127 437 507	74 943 666	52 493 840	57 877 780
Imobilizações em curso	18 026 078	0	18 026 078	20 013 587
	192 200 457	74 988 666	117 211 791	124 583 239
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de investigação e desenvolvimento	200 078	0	200 078	200 078
Propriedade industrial e outros direitos	36 450	36 450	0	1 739
Imobilizações em curso	590 424	0	590 424	510 433
	826 952	36 450	790 502	712 250
Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	22 340 308	0	22 340 308	22 369 338
Edifícios e outras construções	70 149 113	18 545 696	51 603 417	49 532 848
Equipamento básico	10 073 847	8 622 154	1 451 693	1 525 111
Equipamento de transporte	3 057 689	2 395 954	661 735	247 626
Ferramentas e utensílios	40 016	39 674	342	520
Equipamento administrativo	4 106 177	3 671 565	434 612	452 973
Outras imobilizações corpóreas	2 791 478	2 440 940	350 538	358 226
Imobilizações em curso	29 792 778	0	29 792 778	33 307 248
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	951 279	0	951 279	951 279
	143 302 685	35 715 982	107 586 703	108 745 169
Investimentos Financeiros				
Partes de capital	3 007 410	74 157	2 933 252	2 958 202
Obrigações e títulos de participação	1 254 919	0	1 254 919	1 253 366
Investimentos em imóveis	5 419 876	21 302	5 398 574	5 557 471
Imobilizações em curso	104 550	0	104 550	104 550
	9 786 755	95 459	9 691 296	9 873 590
Circulante				
Existências				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	556 871	0	556 871	533 992
Produtos e trabalhos em curso	666 185	0	666 185	666 185
Produtos acabados e intermédios	3 259 254	189 524	3 069 730	3 439 897
Mercadorias	360	0	360	0
	4 482 670	189 524	4 293 146	4 640 074
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
Empréstimos concedidos	7 902	0	7 902	7 902
	7 902	0	7 902	7 902
Dívidas de terceiros - Curto prazo				
Clientes	463 593	0	463 593	188 518
Contribuintes, c/c	60 277	0	60 277	93 265
Utentes, c/c	137 349	0	137 349	41 168
Devedores de operações de tesouraria	8	0	8	8
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança	300 919	300 919	0	260 403
Adiantamentos a fornecedores	20	0	20	1 520
Estado e outros entes públicos	176 245	0	176 245	205 180
Outros devedores	1 238 878	0	1 238 878	1 276 360
	2 377 288	300 919	2 076 369	2 066 421
Depósitos em instituições financeiras e caixa				
Depósitos em instituições financeiras	14 792 625	0	14 792 625	11 277 537
Caixa	5 040	0	5 040	3 092
	14 797 665	0	14 797 665	11 280 629
Acréscimos e diferimentos				
Acréscimos de proveitos	8 367 000	0	8 367 000	9 234 757
Custos diferidos	231 725	0	231 725	37 776
	8 598 725	0	8 598 725	9 272 533
Total de Amortizações		110 836 558		
Total de Provisões		490 442		
Total do Ativo	376 381 099	111 327 000	265 054 099	271 181 806

Fundos Próprios e Passivo	2016 AL	2015 AL
Fundos próprios		
Património	203 846 523	203 818 828
Reservas		
Reservas legais	2 729 471	2 729 471
Doações	5 960 486	5 958 791
Resultado transitados	7 971 042	11 042 228
Resultado líquido do exercício consolidado	-4 324 186	-2 318 329
Resultado afeto a interesses minoritários	422 579	163 198
Total dos Fundos Próprios	216 605 915	221 394 187
Interesses minoritários	1 657 873	1 823 027
Passivo		
Provisões	1 460 372	788 025
	1 460 372	788 025
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
Dívidas a instituições de crédito	20 309 997	19 881 223
	20 309 997	19 881 223
Dívidas a terceiros - Curto prazo		
Adiantamentos por conta de vendas	1 608 233	1 588 156
Dívidas a instituições de crédito	768 171	989 251
Fornecedores, c/c	2 876 110	3 222 858
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	114 092	81 938
Fornecedores de imobilizado, c/c	699 341	1 045 360
Estado e outros entes públicos	457 332	278 166
Outros credores	1 999 671	3 971 564
Fornecedores imobilizado - Fat. em conferência	26 565	8 769
	8 549 514	11 186 061
Acréscimos e diferimentos		
Acréscimos de custos	2 917 169	2 694 045
Proveitos diferidos	13 553 258	13 415 238
	16 470 427	16 109 283
Total do Passivo	46 790 311	47 964 592
Total	265 054 099	271 181 806

10. ANEXO – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Grupo Público Municipal		Ano 2016	
		Unidade: Euros	
Designação	2016		2015
Custos e Perdas			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:			
Mercadorias	1 134 159		
Matérias	571 732	1 705 891	1 736 232
Fornecimentos e serviços externos	8 711 553		
Custos com o pessoal:			
Remunerações	9 240 379		
Encargos sociais	2 329 016	20 280 948	20 213 329
Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	2 142 963	2 142 963	1 866 222
Amortizações do exercício	11 369 561		
Provisões do exercício	1 001 107	12 370 668	11 894 081
Outros custos e perdas operacionais	59 182	59 182	57 316
(A) -----		36 559 652	35 767 181
Custos e perdas financeiras	779 536	779 536	959 855
(C) -----		37 339 187	36 727 036
Custos e perdas extraordinárias	3 384 413	3 384 413	1 751 769
(E) -----		40 723 600	38 478 805
Imposto sobre o rendimento		0	0
Resultado líquido antes de interesses minoritários	-4 746 765		
Resultado líquido do grupo municipal		-4 324 186	-2 318 329
Interesses minoritários	422 579		
		36 399 414	36 160 476
Proveitos e Ganhos			
Vendas e prestações de serviços:			
Vendas de mercadorias	2 606 560		
Vendas de produtos	0		
Prestações de serviços	7 360 230	9 966 790	9 769 771
Impostos e taxas	15 517 493		
Variação da produção	-370 168		
Trabalhos para a própria entidade	0		
Proveitos suplementares	0		
Transferências e subsídios obtidos	7 468 022		
Outros proveitos e ganhos operacionais	0	22 615 347	22 207 279
(B) -----		32 582 137	31 977 050
Proveitos e ganhos financeiros	2 144 645	2 144 645	2 203 249
(D) -----		34 726 782	34 180 299
Proveitos e ganhos extraordinários	1 672 632	1 672 632	1 980 177
(F) -----		36 399 414	36 160 476

11. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de MUNICÍPIO DE TAVIRA (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 265.054.099 euros e um total de fundos próprios de 216.605.915 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 4.324.186 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito da matéria descrita no número 1 e quanto aos possíveis efeitos das matérias descritas nos números 2 a 4 da secção Bases para a Opinião com Reservas, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de MUNICÍPIO DE TAVIRA em 31 de dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

- 1 As rubricas Imobilizados em Curso (domínio público e imobilizações corpóreas) incluem obras concluídas, no ano e em anos anteriores e que já possuem auto de receção, no montante de 9.687.685 euros (14.885.023 euros no ano 2015). De acordo com o POCAL estas obras deveriam ter sido transferidas para o imobilizado corpóreo, não tendo sido possível quantificar as respetivas amortizações e os consequentes efeitos nos resultados.
- 2 Relativamente à Empet, E.M., Lda, foi interposta contra a empresa uma ação administrativa movido pelo consórcio adjudicatário da empreitada de execução de infra-estruturas do loteamento urbano no parque de exposições e feiras de Tavira, desconhece-se o desfecho do processo, bem como os eventuais custos significativos para a empresa, não passíveis de quantificação atualmente.
- 3 O Município não preparou o Mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais, de apresentação obrigatória segundo o n.º 4 da Portaria n.º 474/2010 de 15 de junho, razão pela qual não damos opinião sobre a referida demonstração financeira.
- 4 Conforme referido no ponto 7.7 do relatório de gestão, o processo de dissolução da Empet, E.M., Lda., dado o seu enquadramento na alínea a) do n.º 1 do artigo 62.º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, foi aprovada em reunião de câmara de 21 de fevereiro de 2017 e em sessão de assembleia de 3 de março de 2017. Em conformidade com o normativo contabilístico deveria ter sido abandonado o princípio da continuidade e adotado o princípio da liquidação. Não dispomos de uma avaliação atualizada sobre os valores de realização dos lotes e terrenos pelo que não estamos em condições de ajuizar da eventual necessidade da constituição de provisões.



ÊNFASE

Conforme referido na 7.6.1 do relatório de gestão, as infraestruturas de água e saneamento registadas no imobilizado do Município, como bens de domínio público, no montante de 3.807.000 euros (4.139.000 euros em 2015), estão a ser geridas/controladas pela empresa municipal Tavira Verde, E.M.

A nossa opinião não é modificada com respeito a estas matérias.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro do Grupo de acordo com de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtivemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

OUTRAS MATÉRIAS

Os valores relativos ao exercício de 2015, são apresentadas para efeitos comparativos, em cumprimento do POCAL e as respetivas demonstrações financeiras foram por nós revistas, tendo sido emitida a respetiva Certificação Legal das Contas em 8 de junho de 2016, e continha quatro reservas semelhantes às constantes nos parágrafos 1 a 4 da secção Bases para a Opinião com Reservas, e uma reserva referente a uma divergência entre as contas da TaviraVerde, E.M., e o saldo reclamado pelo fornecedor Águas do Algarve, S.A. não aplicável ao corrente exercício.

Linda-a-Pastora, 6 de junho de 2017

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representado por:



José Martins Correia - ROC